



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	13561.000044/2007-19
Recurso nº	933.501 Voluntário
Acórdão nº	2801-002.450 – 1ª Turma Especial
Sessão de	16 de maio de 2012
Matéria	IRPF
Recorrente	ARTEMIO ANTONIO SPINASSE
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2002

DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO.

Indevida a dedução de despesas médicas efetuada na declaração de ajuste anual quando não apresentada documentação comprobatória hábil e suficiente para caracterizar a efetiva realização das despesas.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Assinado digitalmente
Antonio de Pádua Athayde Magalhães - Presidente

Assinado digitalmente
Sandro Machado dos Reis – Relator

Paticiparam do presente julgamento os Conselheiros Antonio de Pádua Athayde Magalhães, Tânia Mara Paschoalin, Carlos César Quadros Pierre, Sandro Machado dos Reis e Walter Reinaldo Falcão Lima. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Cláudio Farina Ventrilho.

Adoto como relatório aquele utilizado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento na decisão recorrida, que transcrevo abaixo:

“Em auto de infração relativo ao imposto sobre a renda, exercício 2003, ano-calendário 2002 (fls.2 a 7), formalizou-se a exigência de imposto suplementar, no valor de R\$ 5.658,29, acrescido de multa de ofício e juros de mora, calculados até maio de 2007, perfazendo um crédito tributário total de R\$13.607,04.

O lançamento foi motivado por dedução indevida de despesas médicas, no valor de R\$20.575,60. Intimado a comprová-las, o Contribuinte apresentou em 31/10/2006 os documentos de fls.35 a 46. Nenhum documento relativamente aos pagamentos declarados como tendo sido feitos à Cooperativa de Trabalho Médico — Inimed Piraqueaçu (R\$2.847,60) e ao profissional Claudio Lessa (R\$1.100,00).

As fls.49/50 indicam que em 27/3/2007 lhe foram solicitados esclarecimentos adicionais, mais especificamente a apresentação dos originais dos documentos e a comprovação mediante documentação hábil e idônea da origem dos recursos que teriam sido utilizados no efetivo pagamento aos profissionais Luis Carlos Merçon de Vargas (R\$10.328,00), Robson Almeida de Rezende (R\$5.800,00) e Rafael Vago Cipriano (R\$500,00), indicados nos documentos de fls.35 a 37.

O Contribuinte não atendeu a essa intimação. Além das despesas para as quais nada havia comprovado originalmente, foram ainda glosadas as que não restaram suficientemente comprovadas durante a ação fiscal.

Agora na impugnação à fl.1, o Contribuinte limita-se a referir anexação de cópias dos recibos correspondentes a despesas médicas e odontológicas que teriam sido desconsiderados no lançamento. E os reapresenta às fls.8 a 12.”

Ao analisar o pedido do contribuinte, a DRJ decidiu conforme a ementa abaixo:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2003

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. DESPESAS MÉDICAS. DEDUÇÃO.

Mantém-se como indevida a dedução de despesas médicas efetuada na declaração de ajuste anual, quando não apresentada documentação comprobatória hábil e suficiente para caracterizar a efetiva realização das despesas.

Impugnação improcedente

Crédito Tributário Mantido”

Irresignado, o Recorrente interpôs Recurso Voluntário, reiterando os

Documento assinado digitalmente em 09/07/2012 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 10/07/2012 por SANDRO MACHADO DOS REIS, Assinado digitalmente em 10/07/2

012 por SANDRO MACHADO DOS REIS, Assinado digitalmente em 19/07/2012 por ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHA

Impresso em 08/10/2012 por VILMA PINHEIRO TORRES - VERSO EM BRANCO

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Sandro Machado dos Reis, Relator

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, razão pela qual merece ser conhecido.

Conforme relatado, trata-se de lançamento visando à glosa das seguintes despesas médicas:

a) por falta de apresentação de qualquer documento, as declaradas como tendo sido pagas à Cooperativa de Trabalho Médico — Inimed Piraqueaçu (R\$ 2.847,60) e ao profissional Claudio Lessa (R\$ 1.100,00); e

b) por insuficiência de comprovação, as relativas aos profissionais Luis Carlos Merçon de Vargas (R\$ 10.328,00), Robson Almeida de Rezende (R\$ 5.800,00) e Rafael Vago Cipriano (R\$ 500,00).

Cumpre ressaltar, desde já, que o contribuinte, em seu recurso voluntário, junta mais recibos, estes referentes às despesas medicas com a Cooperativa de Trabalho Médico — Inimed Piraqueaçu (R\$ 2.847,60) e com o profissional Claudio Lessa (R\$ 1.100,00).

Não obstante, fato é que o cenário até então existente pouco muda, eis que não restou comprovado o pagamento das despesas.

Em outras palavras, seja através de cheque ou transferência bancária, não logrou o Recorrente demonstrar a efetividade das despesas, na forma destacada claramente na autuação fiscal.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Assinado digitalmente
Sandro Machado dos Reis